



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006579-27.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **LUIZ EDUARDO VILLA PINTO**
Requerido: **WALFREDO FARIAS TEJO DE ARAUJO ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor cobra da ré a quantia de R\$ 500,00 por serviços de montagem de móveis que realizou para a mesma.

A divergência entre as partes envolve a forma de pagamento a montadores de móveis que prestam (ou prestaram) serviços à ré.

Sustenta o autor que isso se daria no importe de 10% do valor da venda levada a efeito, enquanto a ré alega que essa porcentagem incidiria sobre o montante líquido que ela recebesse, excluindo-se acréscimos decorrentes de financiamento por parte dos compradores.

A prova oral produzida é divergente.

A testemunha Sérgio Osnei Tavares respaldou a explicação do autor, confirmando que nos serviços que ele fez para a ré sempre recebia 10% do valor da venda e não do que a mesma percebia.

Em contrapartida, Fábio Rodrigues Danaga declarou que os pagamentos se realizavam tendo como parâmetro o valor à vista da transação, sem o cômputo dos encargos do financiamento porventura celebrado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Ambas as testemunhas, porém, deixaram claro que o autor em outras ocasiões já prestara serviços à ré sem qualquer intercorrência e por isso foi determinado à mesma que amealhasse os documentos correspondentes a isso (fl. 49).

Manifestando-se sobre o tema, a ré anotou que a empresa deixou de exercer suas atividades desde outubro de 2014 e que em decorrência da desocupação da parte administrativa muitos documentos foram extraviados.

A conjugação desses documentos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, reputo que o autor produziu prova suficiente do fato constitutivo de seu direito, mas o mesmo não se deu em relação à ré.

Reunia ela condições para comprovar efetiva e concretamente que nas oportunidades outras em que o autor lhe prestou serviços a forma de pagamento seguiu a orientação contida na peça de resistência, só que não o fez.

O argumento ofertado é insuficiente para justificar a falta da documentação pertinente, até porque nenhum indício sequer foi apresentado para conferir-lhe verossimilhança.

Nem mesmo os documentos que instruíram a contestação alteram o quadro delineado, porquanto não se referiram especificamente ao autor.

Conclui-se, portanto, que o pedido exordial vinga.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 500,00, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2014 (época da prestação dos serviços em apreço), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 28 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**